

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor  
independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2632S-031-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	9
Demonstrações contábeis	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	21

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PERFIL DA COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, no 1.947, sala 2, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, constituída em 21 de novembro de 2022.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência no 001/2022 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário de trechos da Rodovia Estadual MS – 112 e trechos das rodovias BR - 158 e BR – 436, com extensão total de 412,4 Km, nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra).

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários.

A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia, iniciado em 11 de fevereiro de 2024).

A Companhia tem Praças de pedágio e bases operacionais nas seguintes localidades:

### PRAÇAS DE PEDÁGIO

Nome da praça	Localização	Cidade	Tarifa (R\$)
Praça – 04	km 78+100 - BR 158	Paranaíba - MS	13,5
Praça – 05	km 118+100 - BR 158	Aparecida do Taboado - MS	13,5
Praça – 06	km 13+300 - BR 436	Aparecida do Taboado - MS	4,4
Praça – 07	km 174+000 - BR 158	Aparecida do Taboado - MS	13,5
Praça – 08	km 64+200 - MS 112	Selvíria - MS	13,5
Praça – 09	km 193+300	Cassilândia - MS	13,5

### BASE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

Nome da base	Localização	Cidade
BSO – 04	km 26+000 - BR 158	Paranaíba - MS
BSO – 05	km 100+200 - BR 158	Paranaíba - MS
BSO – 06	km 171+500 - BR 158	Aparecida do Taboado - MS
BSO – 07	km 36+500 - MS 112	Três Lagoas - MS
BSO – 08	km 107+400 - MS 112	Inocência - MS
BSO – 09	km 184+000 - MS 112	Cassilândia - MS

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2025, totalizaram R\$ 173.290 milhões de reais.

Os Principais investimentos realizados em 2025 na concessão foram:

- Recuperação de 338 km de pavimento, com aplicação de 40,7 mil toneladas de CBUQ e 545,22 mil m<sup>2</sup> de intervenções de micro revestimento e TSD (Tratamento superficial duplo);
- Implantação de 12,3 km de terceira faixa totalizando;
- Implantação de 3 dispositivos de retorno;
- Implantação de 2 acessos;
- Início do Alargamento de OAE do km 12 - Ponte sobre córrego;
- Sinalização Horizontal: recuperação de 87.937,79 m<sup>2</sup> de sinalização branca e 45.983,41 m<sup>2</sup> de sinalização amarela, assegurando maior visibilidade segurança;
- Sinalização Vertical: instalação e recuperação de 224,13 m<sup>2</sup> de placas de sinalização;
- Cercas e defensas metálicas: implantação de 232 km de cercas ao longo da BR-158 E BR 436 e instalação de 5.996 metros de defensas metálicas.

## ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2025 foram atendidos na rodovia, com a prestação de serviços gratuitos ao usuário:

- Atendimentos 0800: 2.827 chamadas de atendimento e informações;
- Socorro mecânico: 1.405 atendimentos;
- Socorros médico/pré-hospitalar: 562 atendimentos médicos;
- Inspeções de tráfego: 12.234 participações em eventos diversos;
- Combates a incêndios: 49 ocorrências;
- Remoções de veículos: 3.105 remoções;
- Apreensões/remoções de animais: 23 animais;

Os serviços são prestados por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão das rodovias MS-112, trechos da BR-158 e BR-436 sob concessão (412,4 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano.

Para essas atividades foram gerados até 31 de dezembro de 2025, 349 empregos diretos e mais de 546 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras que segue gerando de emprego e recolhimentos de impostos, em especial o I.S.S. QN, retido pela companhia as obras e repassados aos Municípios lindeiros.

## DESTAQUES DO ANO 2025

### Conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhoria da BR 436

Foram implantadas 11,93 km de faixa adicionais;

Implantação de 1 Dispositivo de acesso.

## PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2026

Os investimentos previstos para 2026 totalizam R\$ 192,300 milhões de reais.

Os principais investimentos são:

- Recuperação de pavimento, aproximadamente R\$ 72 Milhões de reais com a execução de serviços como Reparo Profundo Localizado, Fresagem e Recomposição, Micro - fresagem e micro revestimento e TSD (Tratamento superficial duplo);
- Implantação de 19 km de faixas adicionais, R\$ 56 Milhões de reais aproximadamente;
- Implantação de 3 dispositivos, R\$ 19 Milhões de reais aproximadamente;
- Implantação de 5 acessos, R\$ 10 Milhões de reais aproximadamente;
- Alargamento da OAE km 101 - Ponte sobre córrego, R\$ 4,1 Milhões de reais aproximadamente;
- Alargamento da OAE km 113 Ponte sobre córrego, R\$ 1,2 Milhões de reais aproximadamente

## COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

### Receita de pedágio

	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Receitas de pedágio	257.068	216.223	18,89%
(-) ISS	(12.966)	(10.811)	19,93%
(-) PIS	(1.692)	(1.399)	20,94%
(-) Cofins	(7.810)	(6.457)	20,95%
<b>Subtotal</b>	<b>234.600</b>	<b>197.566</b>	<b>19,75%</b>
Receitas com construção e infraestrutura (a)	211.313	211.464	-0,07%
<b>Total</b>	<b>445.913</b>	<b>409.020</b>	<b>9,02%</b>

A Receita em 2025, teve um crescimento de 9,02%, em 12 meses, comparando com 2024, que teve o início da arrecadação de pedágio em 11 de fevereiro de 2024, adicionalmente tivemos em agosto de 2025 um crescimento expressivo devido o escoamento de safra na região.

## Receita de construção

A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, e tendo como contrapartida o custo de construção de igual valor.

## Custos e despesas administrativas

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Var.%</b>
Pessoal	(20.083)	(19.047)	5,44%
Serviços de terceiros	(19.813)	(16.569)	19,6%
Seguros e garantias	(1.378)	(1.821)	-24,3%
Custos contratuais da concessão	(2.304)	(2.205)	4,49%
Verba da polícia rodoviária federal	(784)	(848)	-7,55%
Verba da polícia rodoviária estadual	(784)	(878)	-10,7%
Depreciação/amortização	(12.300)	(9.462)	30,0%
Provisão para manutenção	(18.496)	(19.354)	-4,43%
Materiais/equipamentos/veículos	(6.323)	(5.135)	23,1%
Outros	(1.156)	(1.196)	-3,34%
<b>Subtotal</b>	<b>(83.421)</b>	<b>(76.515)</b>	<b>9,03%</b>
Custos com construção e infraestrutura (Nota Explicativa nº 25)	(211.313)	(211.464)	-0,07%
<b>Total</b>	<b>(294.734)</b>	<b>(287.979)</b>	<b>2,35%</b>

<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pessoal	(3.005)	(1.461)
Serviços de terceiros	(5.038)	(5.958)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.695)	(875)
Depreciação e amortização	(6.362)	(5.835)
Provisão para contingências	6.532	(6.637)
Outros	(2.201)	(2.163)
<b>Total</b>	<b>(11.769)</b>	<b>(22.929)</b>

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício:

### Pessoal

Terminamos o ano de 2025 com 349 colaboradores diretos e no mesmo exercício do ano anterior eram 344 colaboradores contratados e o acordo coletivo em 2025 foi 5% maior que o ano de 2024.

### Serviços de Terceiros

Os serviços de terceiros tiveram uma variação de 19,6% em comparação ao ano anterior, devido a contratação dos serviços operacionais e de arrecadação em 2025 estarem com 12 meses e em 2024 iniciarem em fevereiro.

### Seguros e garantias

A diminuição de 24,3% nos seguros em comparação, ao ano anterior, deve-se ao encerramento de obras dos trabalhos iniciais, gerando impacto nos seguros de engenharia.

### Verba da Polícia Rodoviária Federal

As verbas contratuais tiveram uma redução de 7,55% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior, devido ajustes nos índices de correção.

### Verba da Polícia Rodoviária Estadual

As verbas contratuais tiveram uma redução de 10,7% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior, devido ajustes nos índices de correção.

### Depreciação e amortização

O aumento dos custos de depreciação e amortização, tiveram um aumento de 30%, devido a amortização de intangível transferido para operação em 2024.

### Materiais equipamentos e veículos

Os custos e despesas com matérias, equipamentos e veículos aumentaram 23,1% em comparação com exercício anterior devido ao aumento da frota de veículos operacionais, e pelo início das operações de pedágio em fev./2024.

### Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024	Var. %
Rendimento de aplicações financeiras	24.113	10.031	140,38%
Descontos obtidos	63	110	-42,73%
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(1.139)	(431)	164,27%
Outras receitas financeiras	138	41	236,59%
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>23.175</b>	<b>9.751</b>	<b>137,67%</b>
Despesas financeiras	(108)	(80)	35%
Juros sobre debêntures	(70.785)	(51.203)	38,24%
Juros debêntures capitalizados	38.921	33.031	17,83%
Custo de transação	(563)	(1.438)	-60,85%
Atualização outorga fixa	(5.328)	(5.775)	-7,74%
Despesa financeira - AVP	(4.348)	(2.517)	72,75%
Encargos sobre debêntures	(627)	(4.461)	-85,94%
Juros sobre empréstimos	(325)	(420)	-22,62%
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(43.163)</b>	<b>(32.853)</b>	<b>31,38%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(19.988)</b>	<b>(23.102)</b>	<b>-13,48%</b>

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2025, foi negativo em 13,48%, em comparação ao ano de 2024, considerando o aumento das despesas financeiras de juros sobre as debêntures serem maiores em 2025, o resultado negativo foi minimizado pelos rendimentos das aplicações financeiras.

<b>EBITDA</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>81.504</b>	<b>54.522</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	38.029	20.477
(+) Resultado financeiro	19.988	23.102
(+) Depreciações e amortizações	18.662	15.296
<b>EBITDA (a)</b>	<b>158.183</b>	<b>113.397</b>

(a) O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações

#### Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 162/22, a Diretoria da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

#### AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto.

Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -  
Ribeirão Preto (SP) Brasil  
T +55 16 3103-8940  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas e administradores da  
**Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.**  
Chapadão do Sul – MS

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

## Registro e avaliação de cláusulas restritivas de contrato de emissão de debêntures

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia realizou a emissão de debêntures (com garantia real vinculada aos direitos decorrentes da concessão, incluindo receitas de pedágio e eventuais indenizações). Esse assunto foi considerado relevante e, por consequência, um principal assunto em nossa auditoria, em virtude da relevância dos montantes registrados nos passivos circulante e não circulante, bem como da necessidade de avaliação do cumprimento, pela Companhia, de cláusulas restritivas e obrigações contratuais associadas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão (além de obrigações de investimento).

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (a) a confirmação dos saldos em aberto junto aos debenturistas em 31 de dezembro de 2025 (e confronto das citadas confirmações junto aos saldos contábeis); (b) recálculo da atualização monetária e respectivos encargos financeiros do contrato de debêntures; (c) testes, em bases amostrais, dos pagamentos realizados pela Companhia no exercício; (d) confronto dos valores registrados nas demonstrações contábeis e respectivos atos societários; (e) avaliação do cumprimento, pela Companhia, do cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros e demais cláusulas restritivas previstos no instrumento de dívida, (f) avaliação das segregações entre passivos circulante e não circulante, além das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia para registro, mensuração, classificação e divulgação do contrato de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Ativo Intangível – Reconhecimento, mensuração e amortização do direito de exploração da concessão (ICPC 01/IFRIC 12)

Conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e regulado pela AGEMS – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS, e conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 13 (Intangível) e nº 22 (Obrigações com infraestrutura a realizar), o ativo intangível e o intangível em construção da Companhia representam o direito de exploração dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção, recuperação, ampliação de capacidade e melhorias do sistema rodoviário composto pela MS-112 e por trechos das BR-158 e BR-436, reconhecido de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão. Esses saldos apresentam montantes relevantes nas demonstrações contábeis, abrangendo dispêndios com obras, melhoramentos, sistemas e demais investimentos realizados, bem como as transferências de construções em andamento para o ativo intangível. Esse assunto foi considerado relevante e, dessa forma, um principal assunto em nossa auditoria, em virtude da: (i) relevância dos valores registrados no intangível e no intangível em construção; (ii) complexidade técnica associada aos critérios de reconhecimento e mensuração previstos na ICPC 01/IFRIC 12; (iii) subjetividade nas premissas utilizadas pela administração, tais como projeções de tráfego, cronogramas de investimentos, curvas de amortização baseadas no benefício econômico futuro e estimativas de gastos de construção capitalizáveis; e (iv) julgamentos relevantes aplicados no processo de transferência de valores em construção para o ativo intangível.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (a) avaliação dos principais termos do Contrato de Concessão e análise das obrigações de investimento, (b) avaliação das políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento, mensuração e amortização do ativo intangível, incluindo a análise da base técnica que sustenta o uso das curvas de tráfego como método de amortização (c) testes, em base amostral, dos custos de construção incorridos no período, incluindo verificações documentais, análise de contratos, medições, notas fiscais e conciliações com os registros contábeis, bem como a avaliação dos critérios de capitalização adotados (d) testes das transferências de intangível em construção para o intangível operacional, verificando a aderência dos valores transferidos ao estágio de conclusão e ao início de utilização dos ativos (e) avaliação das premissas utilizadas para amortização do ativo intangível, incluindo projeções de tráfego, (f) revisão das divulgações constantes nas notas explicativas para verificar a adequação, completude e transparência das informações apresentadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, metodologias e critérios contábeis utilizados pela administração da Companhia para o registro, mensuração, amortização, classificação e divulgação do ativo intangível decorrente do direito de exploração da concessão, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com os documentos, evidências e análises obtidos em nossos procedimentos de auditoria, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	6	177.305	137.206
Aplicações financeiras vinculadas	7	34.231	-
Operações a receber	8	21.222	17.562
Despesas antecipadas	9	419	362
Impostos a recuperar	10	7.970	3.231
Outras contas a receber	-	443	1.108
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>241.590</b>	<b>159.469</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11(a)	25.193	22.164
Imobilizado	12	14.862	16.363
Intangível	13	702.005	505.439
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>742.060</b>	<b>543.966</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>983.650</b>	<b>703.435</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	-	1.709
Debêntures	16	17.810	9.691
Fornecedores e outras contas a pagar	17	3.684	4.760
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	1.834	1.624
Obrigações fiscais	19	5.620	2.693
Outorga a pagar concessão	13 a)	2.539	4.727
Obrigações com o poder concedente	14	191	182
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>31.678</b>	<b>25.386</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	17	302	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	11(a)	42.850	19.989
Empréstimos e financiamentos	15	-	252
Debêntures	16	582.790	434.553
Outorga a pagar concessão	13 a)	49.280	41.373
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	93	6.637
Obrigações com infraestrutura a realizar	22	39.850	19.942
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>715.165</b>	<b>522.746</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	23	122.000	122.000
Reserva legal		6.801	2.726
Reserva especial dividendos não distribuídos		108.006	30.577
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>236.807</b>	<b>155.303</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>983.650</b>	<b>703.435</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	234.600	197.556
Receita com construção e infraestrutura	24	211.313	211.464
Custos dos serviços prestados	25	(83.421)	(76.515)
Custo com construção e infraestrutura	25	(211.313)	(211.464)
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>151.179</b>	<b>121.041</b>
Despesas gerais e administrativas	25	(11.769)	(22.929)
Outros resultados operacionais		113	(11)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>139.523</b>	<b>98.101</b>
Receitas financeiras	26	23.175	9.751
Despesas financeiras	26	(43.163)	(32.853)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>26</b>	<b>(19.988)</b>	<b>(23.102)</b>
<b>Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>119.535</b>	<b>74.999</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	11	(18.199)	(11.691)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	11	(19.832)	(8.786)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>81.504</b>	<b>54.522</b>
<b>Resultado por ação - básico e diluído</b>	<i>27</i>	<b>0,67</b>	<b>0,45</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado do exercício</b>	<b>81.504</b>	<b>54.522</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultados abrangentes do período</b>	<b>81.504</b>	<b>54.522</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>122.000</b>	-	-	<b>(21.219)</b>	<b>100.781</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	54.522	<b>54.522</b>
Reserva legal	-	2.726	-	(2.726)	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	30.577	(30.577)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>122.000</b>	<b>2.726</b>	<b>30.577</b>	-	<b>155.303</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	81.504	<b>81.504</b>
Reserva legal	-	4.075	-	(4.075)	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	77.429	(77.429)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2025</b>	<b>122.000</b>	<b>6.801</b>	<b>108.006</b>	-	<b>236.807</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

[Em milhares de reais]

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>119.535</b>	<b>74.999</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciações do imobilizado	3.907	3.654
Baixas líquidas do imobilizado	593	51
Amortizações do intangível	14.755	11.642
Baixas líquidas do intangível	(9)	78
Juros de debêntures	70.785	51.203
Juros capitalizados	(38.921)	(33.031)
Apropriação custo de transação	(18.634)	3.874
Atualização outorga	(2.188)	8.616
Obrigações com infraestrutura a realizar	19.908	19.942
Provisão para contingências	(6.544)	6.637
<b>Variações líquidas dos ativos e passivos operacionais</b>		
Operações a receber	(3.660)	(17.562)
Despesas antecipadas	(57)	(7)
Impostos a recuperar	(4.739)	(932)
Outras contas a receber	673	(669)
Fornecedores e outras contas a pagar	(773)	(3.182)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	210	1.326
Obrigações fiscais	2.927	976
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(325)	(420)
Pagamento de juros debêntures	(33.941)	(25.243)
Obrigações com o poder concedente	7.916	8
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(18.199)	(11.691)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>113.219</b>	<b>90.269</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(2.999)	(2.068)
Adições ao intangível	(172.400)	(179.574)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(175.399)</b>	<b>(181.642)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de debêntures	600.000	115.000
Pagamento principal debêntures	(461.854)	-
Captação partes relacionadas	-	7.271
Pagamentos partes relacionadas	-	(7.619)
Aplicação em caixa restrito para garantia de debêntures	(34.231)	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamento	(1.636)	(1.388)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>102.279</b>	<b>113.264</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.099</b>	<b>21.891</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	137.206	115.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	177.305	137.206
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.099</b>	<b>21.891</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>		
Prestação de serviços	257.068	216.223
Receita dos serviços de construção	211.313	211.464
Outras receitas	113	-
	<b>468.494</b>	<b>427.687</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(47.588)	(46.246)
Custos dos serviços de construção	(211.313)	(211.464)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.904)	(17.023)
Outros	-	(8)
	<b>(263.805)</b>	<b>(274.741)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>204.689</b>	<b>152.946</b>
Depreciações e amortizações	(18.662)	(15.296)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>186.027</b>	<b>137.650</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	23.175	9.751
	<b>23.175</b>	<b>9.751</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>209.202</b>	<b>147.401</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>		
Remuneração direta	13.774	9.799
Benefícios	4.356	6.366
FGTS	1.019	879
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais (incluindo IOF)	51.274	31.394
Estaduais	126	95
Municipais	12.966	10.812
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros incorridos	82.084	65.886
Juros capitalizados	(38.921)	(33.031)
Aluguéis	1.020	679
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Resultado do exercício	81.504	54.522
	<b>209.202</b>	<b>147.401</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. (“Companhia”) é sociedade por ações de capital aberto, registrada perante a CVM para realizar ofertas públicas de valores mobiliários do tipo debêntures, em conformidade com a Resolução CVM 160. As ações da Companhia não são admitidas à negociação na B3; as ofertas públicas identificadas e divulgadas ao mercado de debêntures.

Sede: Av. Dois, nº 1.947, sala 2, Centro, Chapadão do Sul – MS; constituída em 21 de novembro de 2022.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2022 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário de trechos da Rodovia Estadual MS – 112 e trechos das rodovias BR – 158 e BR – 436, com extensão total de 412,4 km, nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); que será celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra). Sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A concessão possui prazo de 30 (trinta) anos e tem por objeto a execução, operação, manutenção, conservação, fiscalização e a implantação de melhorias e ampliação de capacidade da MS-112 e de trechos das BR-158 e BR-436, totalizando 412,4 km. A exploração é realizada pela Companhia em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio foi iniciada em 11 de fevereiro de 2024, após a conclusão dos trabalhos iniciais previstos no PER (Programa de Exploração da Rodovia), conforme autorização da AGEMS (Portaria nº 264/2024).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

1. Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
2. Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
3. Em decorrência de fato da administração ou evento externo ao contrato, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de recuperação e manutenção;
- Frente de melhorias operacionais, de ampliação de capacidade e de manutenção do nível de serviço;
- Frente de conservação;
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 150.730, dos quais R\$ 28.639 foram pagos em fevereiro de 2023, e o saldo devedor em 29 parcelas anuais com 1 ano de carência após o primeiro pagamento. A parcela a ser paga anualmente é reajustada pela variação do IPCA; em 31 de dezembro de 2025, o saldo de longo prazo a valor presente é de R\$ 49.280.

## 2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

### 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 3. Uso de estimativas e julgamentos

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 4.17 – Uso de estimativas e julgamentos.

## 4. Políticas contábeis materiais

### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 4.2. Caixa restrito – Aplicações financeiras vinculadas

O fundo restrito corresponde a aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

### 4.3. Operações a receber

As operações a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos.

Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas.

Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

#### **4.4. Imobilizado**

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

#### **4.5. Intangível**

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IFRIC12. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o *padrão de consumo dos benefícios econômicos*, mensurado pela *curva de tráfego estimada* ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas *prospectivamente*.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **4.6. Direito de outorga**

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O valor de outorga da concessão é reconhecido como parte do ativo intangível da concessão. A amortização é calculada pela curva de tráfego estimada, por refletir de forma mais adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos ao longo do prazo contratual. A Companhia revisa periodicamente as premissas de tráfego e ajusta a taxa de amortização prospectivamente quando aplicável.

#### **4.7. Obrigações com infraestrutura a realizar**

Representam obrigações contratuais de execução de obras/melhorias previstas no PER. São mensuradas pela melhor estimativa de custo, trazida a valor presente, com atualização reconhecida no resultado. À medida que as intervenções são realizadas, o passivo é baixado e a contrapartida é reconhecida no ativo intangível (e receita/custo de construção quando aplicável), de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12.

#### **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 /IAS 36– Redução ao valor recuperável de ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS 36.

#### **4.9. Custos de empréstimos e custos de transação**

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção/melhoria da infraestrutura são capitalizados ao ativo intangível, desde o início das atividades de qualificação até a sua prontidão para uso, deduzidos das eventuais receitas financeiras de aplicações de recursos ainda não utilizados. Custos de transação das debêntures são registrados como dedução do respectivo passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva.

#### **4.10. Reconhecimento de receita**

##### **Receita de pedágio**

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### **Receita de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### **Receitas acessórias**

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

##### **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### **4.11. Instrumentos financeiros**

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outorga a pagar.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos e as debêntures são classificados como custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.12. Tributação**

##### **Imposto de renda e contribuição social correntes**

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

##### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

###### **Reconhecimento**

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos e, quando aplicável, sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos quando não é provável a geração de lucros tributáveis que permitam sua utilização.

###### **Recuperabilidade e limite legal**

A Administração revisa, ao menos na data de cada balanço, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis e em estudos técnicos de suporte. No Brasil, prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL não prescrevem, porém sua compensação em períodos futuros está limitada a 30% do lucro tributável de cada período; tais restrições são consideradas na estimativa de realização dos ativos fiscais diferidos.

###### **Mensuração**

Os saldos de impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas e pela legislação tributária que estejam vigentes ou substancialmente vigentes na data do balanço e que se espera aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado. Eventuais alterações de alíquotas ou normas são reconhecidas prospectivamente em resultado, patrimônio líquido ou resultado abrangente, conforme o caso.

###### **Apresentação e compensação**

Os efeitos de itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ou no resultado abrangente) são registrados na mesma rubrica (patrimônio líquido ou resultado abrangente), e não na demonstração do resultado. A compensação de ativos e passivos de impostos diferidos é realizada quando houver direito legalmente executável de compensar tributos correntes e quando os impostos diferidos se relacionarem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

###### **Baixa e reavaliação**

Impostos diferidos ativos são baixados quando deixa de ser provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização; podem ser reconhecidos novamente quando a recuperabilidade voltar a ser provável com base em novas evidências.

## Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Alíquotas</b>
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

### 4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

### 4.14. Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

### 4.15. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

#### **4.16. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

#### **4.18. Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

#### **4.19. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IFRIC12**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

#### **4.20. Informações por segmento**

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance, são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

### **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### **Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09**

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### **OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização**

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

### 5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas **ainda não vigentes**, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023 / MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/COFINS)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que **não é possível estimar** os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois - GloBE / Lei nº 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	214	251
Conta corrente	2.281	1.268
Fundo troco	80	80
Numerários em trânsito	825	1.063
Aplicações financeiras	173.905	134.544
<b>Total</b>	<b>177.305</b>	<b>137.206</b>

As aplicações em CDBs com modalidade pós-DI com remuneração controlada entre 95% e 106% do CDI, ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 20% e 50% do CDI.

## 7. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12 /2025	31/12/2024
Aplicação financeira "CDB"	34.321	-
<b>Total</b>	<b>34.321</b>	<b>-</b>

### Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 34.231 de aplicações financeiras vinculadas a garantias de pagamentos das debêntures.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**8. Operações a receber**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pedágio eletrônico a receber	20.973	17.112
Vale pedágio a receber	-	85
Cartões de crédito a receber	249	365
<b>Total</b>	<b>21.222</b>	<b>17.562</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistem histórico de inadimplência, e com vencimento de no máximo 30 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias.

A arrecadação de pedágio na Companhia, teve início em fevereiro de 2024.

**9. Despesas antecipadas**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Seguros a apropriar <b>(a)</b>	419	362

**(a)** Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

**10. Impostos a recuperar**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Imposto de renda retido de aplicação financeira	7.970	3.231

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**11. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, referentes às diferenças temporárias conforme a seguir:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais <b>(a)</b>	11.613	15.379	-	-	(3.766)	4.418
Provisão para manutenção <b>(b)</b>	13.549	6.781	-	-	6.768	6.781
Despesas financeiras debêntures capitalizadas <b>(c)</b>	-	-	28.227	16.841	(11.386)	(16.841)
Custos de transação debêntures capitalizadas	-	-	12.875	3.108	(9.767)	(3.108)
Impostos Diferidos sobre amortização curva de tráfego	-	-	1.708	-	(1.708)	-
Provisão para contingências	31	4	-	-	27	4
Capitalização A.V.P. Outorga	-	-	40	40	-	(40)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>25.193</b>	<b>22.164</b>	<b>42.850</b>	<b>19.989</b>	<b>(19.832)</b>	<b>(8.786)</b>

**(a)** Os prejuízos fiscais de IRPJ e as bases negativas de CSLL originados na fase pré-operacional vêm sendo compensados desde fevereiro de 2024 (início da arrecadação de pedágios), observado o limite legal de 30% do lucro tributável de cada período. A utilização reduz o saldo do ativo fiscal diferido e é reavaliada periodicamente com base nas projeções de lucros tributáveis;

**(b)** as provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

**(c)** de acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados; e capitalização dos custos de transação das debêntures.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**12. Imposto de renda e contribuição social diferidos****a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>119.535</b>	<b>74.999</b>
Alíquota nominal vigente	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente</b>	<b>(40.642)</b>	<b>(25.500)</b>
<b>Ajustes para a alíquota efetiva</b>		
<b>Diferenças permanentes adições (exclusões):</b>		
Adições/exclusões permanentes	(2.611)	(5.023)
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>		
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(18.199)	(11.691)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(19.832)	(8.786)
<b>Total</b>	<b>(38.031)</b>	<b>(20.477)</b>
<b>Alíquota efetiva de imposto corrente</b>	<b>32%</b>	<b>27%</b>

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**13. Imobilizado**

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Depreciação			Líquido			
		Saldos		Baixas	Saldos		Baixas	Saldos			
		31/12/2024	Adições		31/12/2025	31/12/2024		Adições	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado da administração	10%	<b>2.318</b>	710	(140)	<b>2.888</b>	<b>(290)</b>	(331)	1	<b>(620)</b>	<b>2.268</b>	<b>2.028</b>
Máquinas e equipamentos	10%	<b>4.229</b>	537	-	<b>4.766</b>	<b>(435)</b>	(441)	-	<b>(876)</b>	<b>3.890</b>	<b>3.794</b>
Veículos	20%	<b>15.088</b>	1.753	(592)	<b>16.249</b>	<b>(4.548)</b>	(3.135)	138	<b>(7.545)</b>	<b>8.704</b>	<b>10.541</b>
<b>Total</b>		<b>21.635</b>	<b>3.000</b>	<b>(732)</b>	<b>23.903</b>	<b>(5.273)</b>	<b>(3.907)</b>	<b>139</b>	<b>(9.041)</b>	<b>14.862</b>	<b>16.363</b>

**14. Intangível**

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização				Líquido	
		Saldos		Transferência	Baixas	Saldos		Adições	Saldos	Saldos	
		31/12/2024	Adições			31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2025
Intangível em operação	3,43%	<b>361.094</b>	-	265.296	-	<b>626.390</b>	<b>(9.462)</b>	(17.324)	<b>(26.786)</b>	<b>599.610</b>	<b>351.632</b>
Intangível em andamento	-	<b>88.509</b>	211.146	(265.296)	-	<b>34.359</b>	-	-	-	<b>34.354</b>	<b>88.509</b>
Direito de outorga concessão	3,43%	<b>60.962</b>	-	-	-	<b>60.962</b>	<b>(1.916)</b>	(2.090)	<b>(4.006)</b>	<b>56.956</b>	<b>59.046</b>
Capitalização atualização da outorga		<b>3.858</b>	-	-	-	<b>3.858</b>	<b>(146)</b>	(208)	<b>(354)</b>	<b>3.504</b>	<b>3.712</b>
Capitalização A.V.P. atualização da outorga		<b>2.215</b>	-	-	-	<b>2.215</b>	<b>(77)</b>	(68)	<b>(145)</b>	<b>2.070</b>	<b>2.138</b>
Licenças de uso de softwares	-	<b>450</b>	175	-	-	<b>625</b>	<b>(49)</b>	(87)	<b>(136)</b>	<b>489</b>	<b>401</b>
Amortização pela curva de tráfego		-	-	-	-	-	-	5.022	<b>5.022</b>	<b>5.022</b>	-
<b>Total</b>		<b>517.089</b>	<b>211.321</b>	-	-	<b>728.409</b>	<b>(11.650)</b>	<b>(14.755)</b>	<b>(26.405)</b>	<b>702.005</b>	<b>505.439</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

	Taxas médias anuais de amortização%	Custos				Amortização			Líquido	
		Saldos		Transferência	Baixas	Saldos		Adições	Saldos	
		31/12/2023	Adições			31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	
Intangível em operação	3,43%	<b>691</b>	-	360.427	(24)	<b>361.094</b>	-	(9.462)	<b>691</b>	<b>351.632</b>
Intangível em andamento	-	<b>237.526</b>	211.464	(360.427)	(54)	<b>88.509</b>	-	-	<b>237.526</b>	<b>88.509</b>
Direito de outorga concessão	3,43%	<b>60.962</b>	-	-	-	<b>60.962</b>	-	(1.916)	<b>60.962</b>	<b>59.046</b>
Capitalização atualização da outorga	-	<b>3.174</b>	684	-	-	<b>3.858</b>	-	(146)	<b>3.174</b>	<b>3.712</b>
Capitalização A.V.P. atualização da outorga	-	<b>1.987</b>	228	-	-	<b>2.215</b>	-	(77)	<b>1.987</b>	<b>2.138</b>
Licenças de uso de softwares	-	<b>221</b>	230	-	-	<b>451</b>	<b>(8)</b>	(41)	<b>213</b>	<b>402</b>
<b>Total</b>		<b>304.561</b>	<b>212.606</b>	-	<b>(78)</b>	<b>517.089</b>	<b>(8)</b>	<b>(11.642)</b>	<b>304.553</b>	<b>505.439</b>

(1) Do montante de R\$ 265.296 (R\$ 360.427 em 31 de dezembro de 2024), das adições do exercício, o montante de R\$ 38.921 (R\$ 33.031 em 31 de dezembro de 2024) corresponde aos juros incorridos das debentures, que foram capitalizados durante o exercício.

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos, os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos, mensurado pela curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas prospectivamente.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

**a) Outorga concessão a pagar**

Conforme descrito Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o saldo decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor da outorga	150.730	150.730
Pagamento parcela (19%)	(28.639)	(28.639)
Ajuste ao valor presente - Taxa desconto 8,28% média entre: (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão dívida de longo prazo e I.P.C.A.)	(89.768)	(89.768)
Atualização outorga	14.276	8.949
Realização A.V.P.	7.766	4.828
<b>Pagamento parcela</b>	<b>(2.546)</b>	<b>-</b>
<b>Direito de outorga concessão</b>	<b>51.818</b>	<b>46.100</b>
Circulante	2.539	4.727
<b>Não circulante</b>	<b>49.280</b>	<b>41.373</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

<b>Fluxo esperado dos pagamentos</b>	
2026	2.527
2027	2.576
2028	2.625
2029	2.673
2030 a 2053	38.879
<b>Total</b>	<b>49.280</b>

**15. Obrigações com o poder concedente**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Verba de fiscalização – AGMS	165	157
Verba de administração – EPE	26	25
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>182</b>

**16. Empréstimos e financiamentos**

<b>Nº contrato</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Banco</b>	<b>Encargos</b>			<b>Saldo em</b>	<b>Saldo em</b>
			<b>financeiros</b>	<b>Data início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
6118795	C.C.B.	Banco Bradesco	TLP+1,25 a.a.	06/03/2023	18/02/2026	-	<b>435</b>
6118954	Financiamento de veículos	Banco Bradesco	TLP+1,25 a.a.	26/01/2023	18/02/2026	-	<b>1.526</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>1.961</b>
Circulante						-	<b>1.709</b>
<b>Não circulante</b>						-	<b>252</b>

Em 07 de agosto de 2025 a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures e com a liberação das debêntures os contratos de financiamentos foram quitados.

**Movimentação dos empréstimos:**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.961</b>	<b>3.769</b>
Captação	-	-
Pagamentos principal	(1.636)	(1.388)
Pagamentos juros	(325)	(420)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>1.961</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**17. Debêntures**

Estão representados por:

	<b>Modalidade</b>	<b>Número ativo</b>	<b>Banco</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Data início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
C.V.M. 160	Debêntures - 1ª Série	RLMS11	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	CDI + 3,70% a.a.	13/04/2023	13/04/2026	-	<b>213.953</b>
C.V.M. 160	Debêntures - 1ª Série – 2ª Emissão	RLMS12	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	CDI + 3,70% a.a.	12/04/2024	13/04/2026	-	<b>28.337</b>
C.V.M. 160	Debêntures - 2ª Série	RLMS21	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	CDI + 3,70% a.a.	13/04/2023	13/04/2026	-	<b>117.372</b>
C.V.M. 160	Debêntures - 2ª Série 2ª Emissão	RLMS22	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	CDI + 3,70% a.a.	12/04/2024	13/04/2026	-	<b>90.163</b>
C.V.M. 160	Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão	RLMS13	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	IPCA + 0,95% a.a.	07/08/2025	15/07/2045	<b>624.816</b>	-
			[ - ] Custo de transação a amortizar				<b>(24.216)</b>	<b>(5.581)</b>
<b>Total</b>							<b>600.600</b>	<b>444.244</b>
	Circulante						<b>17.810</b>	<b>9.691</b>
	<b>Não circulante</b>						<b>582.790</b>	<b>434.553</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no passivo não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2025
2028	2.917
2029	2.933
2030	2.917
2031	2.917
2032 a 2045	571.106
<b>Total</b>	<b>582.790</b>

**Movimentação das debêntures**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>444.244</b>	<b>299.410</b>
Captação	600.000	115.000
Atualização juros (I)	70.785	51.203
Pagamentos juros	(33.941)	(25.243)
Pagamento Principal	(461.854)	-
Apropriação custo de transação	(18.634)	3.874
<b>Saldo final</b>	<b>600.600</b>	<b>444.244</b>

(I) Do montante R\$ 70.785 (R\$ 51.203 em 31 de dezembro de 2024) de juros incorridos, o saldo de R\$ 38.921 (R\$ 33.031 em 31 de dezembro de 2024) foi capitalizado durante o exercício no ativo intangível de concessão (Nota Explicativa nº 13), e o saldo remanescente foi contabilizado no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

**As debêntures são garantidas pela**

Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

**Cláusulas de Vencimento Antecipado das Debêntures**

A Escritura de Emissão define as condições que podem levar ao vencimento antecipado das debêntures. Os tópicos a seguir apresentam os principais eventos capazes de gerar essa obrigação, bem como os prazos e procedimentos aplicáveis. A ocorrência de qualquer desses eventos torna exigível o valor nominal das debêntures, atualizado, acrescido da remuneração proporcional ao exercício.

**a) Eventos de Inadimplemento Automático**

Podem ser declarados diretamente pelo Agente Fiduciário, sem necessidade de deliberação em assembleia, nas seguintes situações:

- Inadimplemento de obrigações pecuniárias por mais de 2 dias úteis;
- Pedido de falência, liquidação ou recuperação judicial/extrajudicial da Emissora;
- Transferência não autorizada de obrigações previstas na Escritura;
- Vencimento antecipado de dívidas financeiras superiores a R\$ 10 milhões;
- Transformações societárias não autorizadas;
- Decisões judiciais ou arbitrais que invalidem a Escritura ou suas garantias;
- Perda ou extinção do contrato de concessão que fundamenta o projeto.

## **b) Eventos de Inadimplemento Não Automático**

Dependem de deliberação em assembleia de debenturistas, convocada em até 5 dias úteis após comunicação do evento. Incluem:

- Descumprimento de obrigações não pecuniárias não sanado em até 30 dias;
- Constituição de ônus sobre garantias sem autorização;
- Alteração ou transferência de controle acionário sem anuência;
- Reorganizações societárias não aprovadas;
- Distribuição irregular de dividendos ou redução de capital;
- Descumprimento de índices financeiros, conforme a seguir:
  - Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4,5x$ , apurado antes do *Completion*;
  - ICSD  $\geq 1,2x$  após o *Completion*, ou  $\geq 1,1x$  com depósito complementar;
- Alienação ou oneração de ativos superiores a R\$ 10 milhões sem aprovação;
- Protesto de títulos ou decisões judiciais superiores a R\$ 10 milhões;
- Paralisação do projeto por período superior a 30 dias;
- Infrações ambientais, sociais, corrupção ou lavagem de dinheiro;

Aplicação indevida dos recursos captados na emissão.

## **c) Vencimento Antecipado por Perda de Benefício Fiscal**

Caso ocorra perda do tratamento tributário previsto na Lei nº 12.431/2011, majoração de alíquotas ou retenção de tributos, os debenturistas poderão exigir o resgate antecipado total, desde que o prazo médio da emissão seja superior a quatro anos.

## **d) Vencimento Antecipado por Ausência de IPCA**

Na hipótese de impossibilidade de apuração do IPCA e ausência de acordo sobre índice substitutivo, as debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente em até 30 dias após deliberação em assembleia.

## **e) Procedimentos e Vigência**

- O Agente Fiduciário deve ser comunicado em até 2 dias úteis após a ocorrência do evento;
- O pagamento deve ocorrer em até 5 dias úteis após a declaração de vencimento;
- As cláusulas estão vigentes desde a data de assinatura da Escritura e permanecem válidas enquanto houver debêntures em circulação.

A verificação dos índices financeiros que podem levar ao vencimento antecipado é realizada com base nas demonstrações contábeis auditadas anuais, conforme previsto na Escritura de Emissão.

- Para o índice Dívida Líquida/EBITDA, a medição é feita considerando as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de 2025, desde que não haja integralização de debêntures ou liberação de recursos do BNDES no mesmo exercício;
- Para o índice ICSD, a medição será exigida somente após a conclusão do projeto (*Completion*), utilizando as demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior à data de verificação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpre integralmente os *covenants* financeiros e contratuais previstos na Escritura, não havendo qualquer evento que configure inadimplemento ou risco de vencimento antecipado. Além disso, a Companhia mantém projeções financeiras que indicam conformidade com os índices exigidos nas próximas datas-bases, especialmente para os próximos exercícios.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**18. Fornecedores e outras contas a pagar**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	866	2.448
Caução retida fornecedores	1.910	1.261
Seguros a pagar	-	-
Convênio polícia rodoviária federal	522	404
Convênio polícia rodoviária estadual	688	647
<b>Total</b>	<b>3.986</b>	<b>4.760</b>
Circulante	3.684	4.760
<b>Não circulante</b>	<b>302</b>	-

**19. Obrigações trabalhista e encargos sociais**

	31/12/2025	31/12/2024
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	368	328
IRRF de empregados	49	31
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	154	101
Provisão de férias e encargos	1.263	1.164
<b>Total</b>	<b>1.834</b>	<b>1.624</b>

**20. Obrigações fiscais**

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF terceiros	146	14
INSS terceiros	126	110
PIS a recolher	124	109
PIS - Suspensão liminar	145	61
Cofins - Suspensão liminar	670	281
Cofins a recolher	572	503
ISS a recolher	1.004	934
PIS/Cofins e CSLL terceiros	129	54
Cofins sobre receitas financeiras	111	48
PIS sobre receitas financeiras	19	8
ISS terceiros	450	568
IRPJ a recolher	1.551	-
CSLL a recolher	573	-
Outros tributos	-	3
<b>Total</b>	<b>5.620</b>	<b>2.693</b>

**21. Transações com partes relacionadas**

O saldo a receber de partes relacionadas, integralmente liquidado em 2025, refere-se a recursos concedidos pela Companhia às partes relacionadas na forma de empréstimos, para os quais a Companhia detinha o direito contratual de recebimento dos valores emprestados.

**Contas a receber**

	Saldo anterior 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo atual 31/12/2025
Consórcio novo trajeto	2	-	2	-
Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (I)	750	327	1.077	-
<b>Total</b>	<b>752</b>	<b>327</b>	<b>1.079</b>	-

(I) a Concessionária da Rodovia MS 306 S.A., tem em seu quadro de acionistas, os mesmos acionistas finais da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**Remuneração dos Administradores**

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no exercício de 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 571 e de R\$ 856 em 31 de dezembro de 2024. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

**22. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais**

	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Contingência cível <b>(a)</b>	12	90	(9)	93
Contingência Tributária <b>(b)</b>	6.625	-	(6.625)	-
<b>Total</b>	<b>6.637</b>	<b>90</b>	<b>(6.634)</b>	<b>93</b>

A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

**(a)** Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 93, refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas cíveis;

**(b)** Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reverteu a provisão para contingências tributárias no valor de R\$ 6.625, relacionada a incentivos fiscais.

**(c)** A Companhia é parte integrante em demandas judiciais, para as quais a Administração apoiada pela opinião de seus consultores jurídicos entende que a materialização é possível de perda, mas não provável no valor de R\$ 2.113 [Em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 581].

**23. Obrigações com infraestrutura a realizar**

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2028 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 9,30% a.a. (9,76 % a.a. em 31 de dezembro de 2024), a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

**Provisão para manutenção em rodovias**

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das obrigações ajustados a valor presente está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Adições	Exclusões	31/12/2025
Obrigações com infraestrutura a realizar	29.541	26.789	-	56.330
AVP - provisão para manutenção	(9.599)	(6.881)	-	(16.480)
<b>Total</b>	<b>19.942</b>	<b>19.908</b>	<b>-</b>	<b>39.850</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

**Cronograma esperado de saídas**

Ano de execução	31/12/2025
2028	39.850

**Indicação de incertezas**

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

**Principais premissas adotadas**

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

**24. Patrimônio líquido****Capital social**

Acionista	31/12/2025	
	Saldo atual integralizado R\$	Partic. %
Áries Participações S.A.	24.400	20%
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	24.400	20%
Torc - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.	24.400	20%
Senpar Ltda.	24.400	20%
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	24.400	20%
<b>Total</b>	<b>122.000</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era representado por 122.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sem alterações no exercício.

**Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reserva especial dividendos não distribuídos**

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reconheceu o montante de R\$ 77.249 mil em “Reserva especial – dividendos não distribuídos”, com fundamento no art. 202, §4o, da Lei no 6.404/76. A constituição dessa reserva decorre do fato de que os contratos de debêntures da Companhia proíbem a realização de qualquer pagamento aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, sendo tal pagamento caracterizado como evento de vencimento antecipado das debêntures. Assim, a distribuição do dividendo obrigatório mostra-se incompatível com a situação financeira e contratual da Companhia, por implicar violação contratual e possível exigibilidade imediata da dívida. A reserva permanece vinculada ao pagamento futuro de dividendos, os quais serão distribuídos quando a situação financeira da Companhia e as restrições contratuais permitirem, observando-se as disposições legais aplicáveis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**25. Receita operacional líquida**

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de pedágio	257.068	216.223
(-) ISS	(12.966)	(10.811)
(-) PIS	(1.692)	(1.399)
(-) Cofins	(7.810)	(6.457)
<b>Subtotal</b>	<b>234.600</b>	<b>197.556</b>
Receitas com construção e infraestrutura <b>(a)</b>	211.313	211.464
<b>Total</b>	<b>445.913</b>	<b>409.020</b>

- de acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores de R\$ 211.313, e R\$ 211.464, respectivamente, referentes às receitas de construção de infraestrutura, tendo os custos os mesmos valores, não gerando margem de lucro.

**26. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas**

<b>Custos dos serviços prestados</b>	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(20.083)	(19.047)
Serviços de terceiros	(19.813)	(16.569)
Seguros e garantias	(1.378)	(1.821)
Custos contratuais da concessão	(2.304)	(2.205)
Verba da polícia rodoviária federal	(784)	(848)
Verba da polícia rodoviária estadual	(784)	(878)
Depreciação/amortização	(12.300)	(9.462)
Provisão para manutenção	(18.496)	(19.354)
Materiais/equipamentos/veículos	(6.323)	(5.135)
Outros	(1.156)	(1.196)
<b>Subtotal</b>	<b>(83.421)</b>	<b>(76.515)</b>
Custos com construção e infraestrutura (Nota Explicativa nº 24.a)	(211.313)	(211.464)
<b>Total</b>	<b>(294.734)</b>	<b>(287.979)</b>

<b>Despesas gerais e administrativas</b>	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.005)	(1.461)
Serviços de terceiros	(5.038)	(5.958)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.695)	(875)
Depreciação e amortização	(6.362)	(5.835)
Provisão para contingências	6.532	(6.637)
Outros	(2.201)	(2.163)
<b>Total</b>	<b>(11.769)</b>	<b>(22.929)</b>

**27. Resultado financeiro**

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	24.113	10.031
Descontos obtidos	63	110
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(1.139)	(431)
Outras receitas financeiras	138	41
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>23.175</b>	<b>9.751</b>
Despesas financeiras	(108)	(80)
Juros sobre debêntures	(70.785)	(51.203)
Juros debêntures capitalizados <b>(f)</b>	38.921	33.031

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de transação	(563)	(1.438)
Atualização outorga fixa	(5.328)	(5.775)
Despesa financeira - AVP	(4.348)	(2.517)
Encargos sobre debêntures	(627)	(4.461)
Juros sobre empréstimos	(325)	(420)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(43.163)</b>	<b>(32.853)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(19.988)</b>	<b>(23.102)</b>

(i) Do montante R\$ 70.785 (R\$51.203 em 31 de dezembro de 2024) de juros incorridos, o saldo de R\$ 38.921 (R\$ 33.031 em 31 de dezembro de 2024) foi capitalizado durante o exercício no ativo intangível de concessão (Nota Explicativa nº 13). O critério de capitalização dos juros das debêntures, no ativo intangível, ocorre conforme CPC 20/IAS 23 – Custos de Empréstimos, que compreendem os juros incorridos, deduzidos dos ganhos financeiros (rendimento de aplicação financeira) sobre tais recursos.

## 28. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício encerrado em 31 de dezembro 2025.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado do exercício</b>	<b>81.503</b>	<b>54.522</b>
Número de ações durante o exercício	122.000	122.000
<b>Resultado por ação - básico e diluído</b>	<b>0,67</b>	<b>0,45</b>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 29. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

**Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

**i) Fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;

**ii) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	Notas	31/12/2025	
		Ativo financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	177.305	-
Aplicações financeiras vinculadas	7	34.231	-
Operações a receber	8	21.222	-
Outras contas a receber	-	443	-
<b>Passivos</b>			
Debêntures	16	-	(600.600)
Fornecedores	17	-	(3.986)
Outorga concessão a pagar	13	-	(51.819)
Obrigações com o poder concedente	14	-	(191)
<b>Total</b>		<b>233.201</b>	<b>(656.596)</b>

A Companhia possui os saldos adiante de instrumentos financeiros a custo amortizado os quais estão qualificados a seguir:

	Notas	31/12/2025
<b>Ativos</b>		
Aplicações financeiras	6 e 7	208.226
<b>Passivos</b>		
Debêntures	16	600.600

**Riscos de mercado****Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

**Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

**Análise de sensibilidade**

Indicadores	31/12/2025			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI <b>(1)</b>	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%
Receitas de Aplicações Financeiras	25.320	31.649	18.990	37.979
I.P.C.A <b>(2)</b>	3,95%	4,94%	2,96%	5,93%
Debêntures 3ª. Série, 1ª Emissão	(24.181)	(30.227)	(18.136)	(36.272)
<b>Juros a Incorrer (*)</b>	<b>(24.181)</b>	<b>(30.227)</b>	<b>(18.136)</b>	<b>(36.272)</b>
<b>Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras</b>	<b>1.138</b>	<b>1.423</b>	<b>854</b>	<b>1.707</b>

(\*) Os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

**Exposição a riscos de créditos**

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia não receber os valores devidos por terceiros, principalmente aqueles relacionados às operações de arrecadação de pedágio eletrônico e aos créditos mantidos junto a instituições financeiras provenientes de aplicações financeiras e demais instrumentos financeiros.

A Companhia entende que essa exposição é baixa, mas não inexistente. Para mitigá-la, realiza acompanhamento sistemático da posição patrimonial e financeira das operadoras de meios de pagamento eletrônico de pedágio, bem como o monitoramento periódico dos respectivos saldos a receber e eventuais atrasos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia mantém política conservadora, aplicando recursos exclusivamente em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, observando limites internos de exposição por contraparte e revisões periódicas de risco.

**Informações por segmentos de negócios**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**30. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram escopo de revisão dos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - Contrato de concessão	De março de 2025 a março de 2026	42.606
Riscos operacionais	De março de 2025 a março de 2026	100.864
D&O	De março de 2025 a março de 2026	20.000
Responsabilidade civil	De março de 2025 a março de 2026	10.000
Risco de engenharia	De março de 2025 a março de 2026	154.513

### 31. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

### 32. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

### 33. Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

\* \* \*